

# Congresso precisa tomar jeito

**S**enador e deputado que se dá ao respeito marca presença em plenário e nas comissões. Congresso que se preza, vota. Essas são regras elementares em qualquer legislativo do mundo.



A ausência deliberada, para negar quórum, como a obstrução, é recurso legítimo, mas que necessita ser utilizada com cuidado e decoro. O abuso paralisa o trabalho parlamentar, impede que o Legislativo cumpra seu dever fundamental.

Quaisquer que sejam as desculpas para justificar os lamentáveis episódios que mancharam o final de comédia do período legislativo e enodoam o início do recesso e da campanha eleitoral, é limpa a evidência de que as responsabilidades individuais se dissolvem na crise da instituição, vivendo fase amarga e desmoralizante.

Nada obscurece a constatação, que se vem consolidando ao longo de semanas de sessões vazias, de plenário às moscas, que o Congresso se acomodou aos hábitos consentidos da malandragem como a seleção brasileira do futebol ofensivo.

O balanço sumarríssimo das últimas horas do descompasso legislativo é melancólico e desqualificante. Por falta de número, com responsabilidades divididas entre as ausências da oposição e a repetente tática governista de retirar-se para ganhar com o engessamento parlamentar, o Senado não votou a lei salarial. Boa, ruim, razoável, seria uma afirmação do Congresso, forçando o governo a sair da toca da sua arrogância para abrir-se à negociação, cedendo para fechar acordo. Adiar para depois do recesso registra omissão lamentável e que será cobrada no devido tempo por eleitorado que costuma esquecer os agravos, mas por vezes surpreende com seu agudo senso de justiça.

De cambulhada, o Congresso à matroca, mais parecendo casa de Do-

na Joana, mergulhou de cabeça na patuscada da interpretação de dispositivos constitucionais de redação confusa e aparentemente conflitantes para devolver à sanção presidencial a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Sem querer bancar jurista, é claro que a intenção do constituinte ao estabelecer que "a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias" foi tornar compulsória a deliberação final sobre o orçamento. Pendurar-se no texto do parágrafo 2º, item II do artigo 35 das Disposições Transitórias, para a barreira da devolução da LDO ao presidente Collor de Mello, mal comparando, leva jeito de pirueta de picadeiro. A redação é realmente nebulosa: "O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção presidencial até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa".

Devolvido, como? Votado, tal como determina o parágrafo 2º do artigo 37.

Pouco adianta discutir tais sutilezas pois elas não invalidam a observação essencial. O Congresso está devolvendo a LDO ao presidente para a sanção do texto original, sem emendas, porque deixou a votação para a última hora. Os adiamentos só se explicam pela falta de quórum crônica da madraçaria parlamentar.

No pacote da ociosidade por pouco também não se embrulha o esquecimento denunciado pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral da aprovação do crédito para a realização das eleições deste ano. Do cochilo do Congresso resultaria o adiamento do segundo turno de 25 de novembro para meados de janeiro. Com o conseqüente adiamento da posse dos governadores que não se elegerem no primeiro turno, a 3 de outubro, alcançando maioria absoluta. Uma bagunça.

Sem querer melindrar a legião de fanáticos de Brasília, a dura verdade é que a mudança da capital assinala a

transformação dos costumes parlamentares. A culpa evidentemente que não é de Brasília. Debite-se com mais objetividade aos truques aplicados para vencer resistências à transferência a toque de caixa, para a cidade ainda desconfortável, construída às caneladas pela obstinação de Juscelino Kubitschek.

O costume do cachimbo entorta os beijos e suja os dentes. Em Brasília, o Congresso acomodou-se na imoral prática de espremer as votações nas sessões das terças às quintas-feiras. A tolerância cúmplice das mesas diretoras agravou o acerto da indolência. Na verdade não se vota nada em dia nenhum. Só excepcionalmente, atendendo a apelos, convocações, ameaças é possível obter quórum ralo para maratonas de votações, em clima de tumulto, intercalada por incidentes que se incorporaram à rotina parlamentar, como um sinal de advertência.

Ora, o Congresso que elaborou e votou a Constituição de 88, apesar das frustrações colhidas na curta experiência com sua aplicação, não é pior nem melhor do que os que o antecederam.

O seu defeito irreparável é a desorganização. Não há legislativo ou regime que funcione sem partidos. O Congresso exige partidos fortes, nítidos, estruturados, que organizem a representação parlamentar, estabelecendo o contraditório e demarcando os campos de confronto.

A falência do PMDB desorganizou o Congresso, retirando seu ponto de apoio. Some-se ao colapso da grande sigla centrista, a crise internacional da esquerda, derrotada na sucessão presidencial e zonga com a falência do socialismo em todo o mundo.

Por certo que o Congresso não é o único culpado pelo quadro confuso e tenso do país. Mas, a sua inapetência e a preocupante desordem partidária, reclamam urgente análise. Antes da eleição é inútil cogitar de alterações mais sérias. Depois do voto, o Congresso precisa tomar jeito. Não dá para esperar mais.